

# A HORA DO ADVOGADO “VERDE”

Professor visitante na Direito GV, Paolo Galizzi fala sobre os desafios e as oportunidades do Direito Ambiental Internacional e o que esperar da reunião de Copenhague

Por Luísa Pécora

**D**esde o início de sua carreira como advogado, o italiano Paolo Galizzi sentia grande interesse pelo Direito Internacional. Formado pela Universidade de Milão, ao continuar os estudos em Londres ele foi fagado por outra paixão: o meio ambiente. O responsável pela descoberta, segundo Galizzi, foi Philippe Sands, professor da Imperial College London, que inspirou o aluno italiano a se dedicar ao Direito Ambiental.

Foi uma escolha certa. Nos últimos vinte anos Galizzi viu o debate sobre a proteção do meio ambiente ganhar força e se posicionar como uma questão central do Direito Internacional. Em um dos eventos mais importantes do ano, no último mês de dezembro líderes de cerca de 190 países se reuniram em Copenhague, na Dinamarca, para buscar um acordo sobre redução de emissões de gases estufa que permita o combate à mudança climática, problema ambiental que domina as discussões – embora não seja o único.

Atualmente professor da Universidade de Direito de Fordham, em Nova York, Galizzi é diretor da Iniciativa Legal pelo Desenvolvimento Sustentável, programa que promove o uso da lei como forma de impulsionar o combate à pobreza aliado à proteção ambiental. Um desafio complexo, mas possível, de acordo com Galizzi, que em novembro ministrou um curso de Direito Ambiental Internacional aos alunos da Direito GV. Durante sua passagem pela escola, ele conversou com *Getúlio* sobre a importância da conferência de Copenhague, afirmou que o Brasil é um líder respeitado na discussão climática e previu um futuro de muitas oportunidades para advogados “verdes”.

**O primeiro item do seu curso na Direito GV foi intitulado “Direito Internacional e proteção ambiental: por que precisamos disso?”. Afinal, por que precisamos disso?”.**

**Paolo Galizzi** A resposta é intuitiva: temos muitos problemas ambientais que são globais. As leis de cada país não são suficientes para lidar com o aquecimento global, a destruição da camada de ozônio, a diminuição da biodiversidade e a extinção de espécies, por exemplo. É preciso que exista uma cooperação entre os diferentes Estados e um sistema legal capaz de garantir que os países estejam aptos a trabalhar juntos para combater esses problemas ambientais de forma eficaz.

**Como alcançar essa meta se cada país tem suas características, sua cultura e sua própria legislação?**

**Paolo Galizzi** Esse é justamente o papel do Direito Internacional: garantir a existência de algumas regras que todos os países precisam cumprir. Um país não pode usar força contra outro, não pode entrar em uma guerra só porque existe uma disputa ou um desacordo. A regra diz que um país deve solucionar essa disputa por meio de mecanismos pacíficos. Os governos precisam aprender a negociar, ir a um tribunal e não simplesmente atacar um país oponente porque não gostou do que ele fez ou deixou de fazer. No Direito ambiental também existem regras que todos os países devem seguir. Os Estados negociam os tratados internacionais, concordam com determinadas regras e as implementam nacionalmente. Por exemplo, existem acordos sobre a destruição da camada de ozônio que banem certas substâncias. Os países ratificaram esse tratado global e depois implementaram a regra acordada em

suas legislações nacionais para garantir que as substâncias não sejam usadas.

**E se um país não cumprir com o que foi acordado, o que acontece?**

**Paolo Galizzi** Existem alguns mecanismos para fazer o Direito Internacional ser cumprido. Às vezes eles não são tão fortes como os que se podem encontrar no sistema legal doméstico, e também depende muito do próprio tratado estabelecido: alguns têm mecanismos mais fortes que outros. Mas, em geral, se o Estado não cumpre com as regras que ele próprio ratificou e está obrigado a seguir, existe uma violação. O tratado sobre a destruição da camada de ozônio prevê que um país pode reclamar da violação de outro, por exemplo, essa queixa pode chegar até a um tribunal internacional. Em circunstâncias extremas, o Conselho de Segurança da ONU pode impor sanções e até usar a força, mas isso nunca foi usado para violações ambientais. Na realidade, a maioria dos países costuma cumprir os tratados, principalmente porque eles não são obrigados a ratificá-los se não quiserem.

**Na busca por um acordo climático, países desenvolvidos e em desenvolvimento disputam quem irá assumir a responsabilidade pelas emissões de carbono que agravam o aquecimento global. Como essa disputa se reflete no Direito Ambiental Internacional?**

**Paolo Galizzi** Essa é uma disputa do Direito Ambiental Internacional. Na conferência de Copenhague se tentará estabelecer um tratado sobre mudança climática que entrará em vigor em 2013, quando expira a vigência do Protocolo de Kyoto. Por isso, no Direito Ambiental Internacional há uma grande tensão so-

bre quem deve fazer o trabalho. Há muitas perguntas a serem respondidas: quem deve reduzir a poluição? Em quanto? Se um país poluiu mais ele deve pagar mais? Quanto a mais? Quem vai pagar pelo prejuízo que já estamos presenciando? E para quem irão pagar? Qual é o papel dos países em desenvolvimento? Todos os países em desenvolvimento devem ter tratamentos iguais? O Brasil deve ser tratado da mesma forma que o Burundi? A China, que atualmente é um dos maiores poluidores, deve ser tratada da mesma forma que o Haiti? São todas perguntas difíceis para as quais esperamos obter respostas em Copenhague.

### Se um acordo não sair de Copenhague, pode-se falar em fracasso na luta contra a mudança climática?

**Paolo Galizzi** A conferência de Copenhague é muito importante, mas essa importância não pode ser superestimada nem subestimada. Espero que nessa reunião os países levem a questão da mudança climática a sério e tomem a decisão que precisa ser tomada. Estou otimista e espero que eles cheguem a um acordo. Mas, se isso não acontecer, não será o fim da estrada. Se em Copenhague eles não chegarem a um acordo que nos agrade, então haverá mais negociação até que se chegue a esse acordo. É claro que não temos muito tempo a perder, mas prefiro que levem mais seis meses para encontrar uma solução realmente eficaz do que apenas criar qualquer coisa por obrigação. No momento há sinais divergentes. Um dia você lê que existe consenso, no outro dia você lê que não há consenso. Então acho que vamos ter que esperar para ver, mas estou esperançoso. Espero que eles percebam que chegou a hora de levar esse problema a sério e tomar ações eficazes para solucionar a situação perigosa que vivemos.

### Qual o efeito prático desse tipo de reunião?

**Paolo Galizzi** Vamos pensar na reunião que aconteceu aqui no Brasil, em 1992, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que ficou conhecida como Eco-92. Aquela reunião produziu diversos documentos internacionais, como a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que contém princípios legais fundamentais para reconciliar



Foto: Luiz Paulin

a proteção ambiental com políticas para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza. São princípios concretos, que guiam a ação internacional em proteção ambiental. Outros dois documentos adotados em 1992, no Rio, foram a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Estamos discutindo o aquecimento global hoje porque em 1992 foi criado um tratado legal que colocou em andamento um processo que esperamos que culmine agora em Copenhague, em um acordo que irá pedir aos Estados que reduzam suas emissões em determinada quantia. Essa redução de emissões vai implicar em ações que eu e você teremos de tomar. O governo brasileiro vai voltar para casa e dizer: agora que concordamos em fazer isso, tais medidas precisam ser tomadas. Reduzir as emissões no Brasil significa utilizar mais energia renovável ou tentar reduzir o consumo. Essas medidas concretas começam em nível internacional e vão descendo até fazer diferença no cotidiano das pessoas.

### O Brasil busca uma posição de liderança na negociação sobre o meio ambiente, tendo anunciado sua meta de redução de emissões, além de investir muito em biocombustíveis. Qual a importância do Brasil nesse cenário?

**Paolo Galizzi** Nos últimos dez anos o Brasil vem desempenhando um papel cada vez mais crucial nas relações internacionais como um todo. O Brasil é um dos atores-chaves em todas as áreas e particularmente na área ambiental. O presidente Lula está viajando por todo o

mundo para tentar promover suas próprias políticas de proteção ambiental, particularmente sobre mudança climática. E o Brasil ganhou muito poder político pelo fato de grande parte da floresta Amazônica estar localizada no Brasil. A Amazônia é crucial para lidar eficazmente com o aquecimento global, e se você quer ter certeza de que a floresta Amazônica será protegida, você precisa ter o Brasil na mesa de negociações. Então o país tem um papel fundamental. O Brasil é um líder na parte sul do mundo e um líder muito respeitado.

### Com a crise financeira, ficou mais difícil argumentar a favor de mudanças na economia para que se chegue ao desenvolvimento sustentável?

**Paolo Galizzi** Acho que a recessão global pode ser uma oportunidade para de fato mudarmos o modo como nosso sistema econômico funciona. Podemos criar uma nova economia, que dependa menos de combustíveis fósseis e mais de energia renovável. Podemos criar a chamada economia verde e oferecer empregos que ainda produzem crescimento econômico, mas que são “amigos” do meio ambiente. Podemos pensar em maneiras de reinventar a indústria de transportes, para que os ônibus, carros e aviões ainda existam, mas não causem tantos danos ambientais. Essa terrível recessão pode ser uma oportunidade para pensarmos sobre o que estamos fazendo certo, o que estamos fazendo errado, e tentarmos mudar algumas coisas para sermos mais conscientes ambientalmente.

### Mas os países estão dispostos a fazer essas mudanças?

**Paolo Galizzi** Sim. Nos Estados Unidos, por exemplo, o presidente Barack Obama fala constantemente sobre a economia e os empregos verdes. No Reino Unido, na Alemanha e na Europa em geral há um grande debate sobre como criar uma economia neutra em carbono, ou seja, uma economia que não necessariamente destrua o meio ambiente. No fim das contas, esse é o único planeta que temos, e não há sistema econômico que possa funcionar em outro planeta que não seja esse. Então talvez nós devêssemos pensar em modos diferentes de fazer as coisas. Durante muito tempo não pensamos sobre as consequências

ambientais dos nossos atos. Respiramos o ar, bebemos a água e pensamos que o ar e a água simplesmente estão aí. Acho que precisamos pensar um pouco mais sobre como minimizar o impacto que exercemos sobre o meio ambiente.

### Você usou a palavra “minimizar”. Seria correto dizer que o desenvolvimento necessariamente traz ao menos um pouco de devastação?

**Paolo Galizzi** Sim e não. É claro que o desenvolvimento provoca algum tipo de consequência ambiental, mas ela não precisa ser negativa. Você pode achar um jeito – e essa é a ideia por trás do conceito de desenvolvimento sustentável – de reconciliar desenvolvimento e crescimento econômico com a preservação do meio ambiente. Por exemplo, você pode garantir que comunidades ganhem dinheiro com a proteção ambiental. Em Ruanda há um caso muito bem-sucedido. Foi criado um parque no qual os gorilas da montanha são protegidos por moradores locais. Ou seja, essas pessoas trabalham no parque e garantem que os gorilas vão ser bem cuidados e não mortos. É uma solução boa para todos, porque as pessoas estão ganhando dinheiro com a proteção ambiental. É possível fazer o que é certo para o meio ambiente e, ao mesmo tempo, criar uma fonte de renda. Na verdade, todos podem achar maneiras melhores de viver em harmonia com o ambiente. É claro que existem custos: se você vai construir uma estrada, essa estrada vai ter que ser construída em algum lugar, então algum impacto sempre irá existir. Mas isso acontece porque os seres humanos são parte do planeta. Os animais também têm impacto, tudo tem impacto no ambiente em que vivemos. A questão é: que tipo de impacto? Se estamos destruindo e devastando o planeta, isso é totalmente inaceitável. Mas se estamos tentando achar um jeito de equilibrar as coisas, garantir a nossa existência e a existência do planeta, acho que vale a pena. Não vejo nenhuma outra forma de continuarmos com nossas atividades na Terra.

### Ainda há quem duvide da necessidade de combater a mudança climática?

**Paolo Galizzi** Algumas pessoas ainda acreditam que a mudança climática não é um problema ou não é um problema

## Se em Copenhague não chegarem a um acordo, haverá mais negociação. Não temos tempo a perder, mas é melhor discutir mais seis meses e encontrar a solução eficaz

que os seres humanos criaram e por isso não deveríamos lidar com ele. Mas acho que eles são um grupo minoritário, que está diminuindo. E o meu ponto de vista é que, estejam eles certos ou não, não faz sentido apostar. Não faz sentido arriscar com seu próprio planeta. Se existe dúvida científica, vamos lidar com ela, mas vamos tentar fazer tudo o que podemos para solucionar o problema e garantir a proteção do meio ambiente. Até porque faz sentido lidar com o aquecimento global por muitos outros motivos. Faz muito sentido para os Estados Unidos buscar uma menor dependência do petróleo de países do Oriente Médio, que às vezes não são muito amigos dos americanos. Se existe dúvida científica – que, repito, agora está restrita a um grupo pequeno de pessoas –, para mim não é motivo suficiente para não agir. O custo da não-ação é enorme e as evidências de que a mudança climática é um problema estão crescendo diariamente. Então eu diria aos céticos: vamos fazer o melhor que pudermos. Se trabalharmos duro e depois o problema não for tão grave quanto pensávamos, que bom! Ao menos mudamos nosso modo de viver e o planeta está melhor. Não vejo problema nenhum nisso.

### Além da mudança climática, que outros problemas ambientais são urgentes?

**Paolo Galizzi** Atualmente a mudança climática é o problema ambiental dominante, mas não é o único. Outra questão grave é a perda de diversidade biológica. Espécies estão desaparecendo em um ritmo sem precedentes, e uma vez que acabarem, acabaram,

não haverá modo de recuperar. Outros grandes problemas são o desmatamento, a desertificação, a escassez de água, o desperdício nuclear... A lista é grande.

### Esses problemas estão sendo combatidos?

**Paolo Galizzi** Há leis internacionais para cada um deles. Algumas são mais eficazes e bem-sucedidas, como os tratados sobre o buraco da camada de ozônio. Outros nem tanto, porque não há consenso político sobre o problema. A ação depende muito de como os países se sentem em relação a uma questão particular e de quantos recursos eles colocam para garantir que os acordos a que chegaram funcionem na prática.

### Nos últimos anos, a discussão sobre meio ambiente ganhou força no âmbito internacional. Essa força também se refletiu no Direito Ambiental? Há mais interesse pela área?

**Paolo Galizzi** De fato, nos últimos 20 ou 30 anos a atenção social e política dada ao meio ambiente cresceu muito. Mais pessoas estão interessadas em questões ambientais, provavelmente porque há cada vez mais evidências de que o planeta está se deteriorando. Isso levou a um aumento da regulação e da elaboração de políticas ambientais, e com o passar dos anos o Direito Ambiental Internacional cresceu. Agora temos muitas regras, tratados, declarações e resoluções. Como consequência, o interesse dos estudantes também aumentou. No Brasil, por exemplo, a proteção da floresta Amazônica está constantemente no noticiário.

### Que conselho o senhor daria aos jovens advogados que querem seguir no Direito Ambiental?

**Paolo Galizzi** A área é muito excitante, está constantemente mudando e ganhando importância. Acredito que, no futuro, haverá muitos empregos para advogados verdes, profissionais que lidam com questões ambientais, particularmente no campo da mudança climática. O meio ambiente é um bom negócio para se investir, então eu recomendaria aos estudantes que levem os estudos a sério, procurem saber quais as últimas decisões dos tribunais, conheçam as legislações mais recentes e se atualizem sempre. Haverá cada vez mais oportunidades.